**I. INTRODUÇÃO**

Em novembro de 2015, a Comissão Europeia definiu uma **estratégia de médio prazo para a política de alargamento da UE**, que se mantém válida. A presente Comunicação apresenta um balanço dos progressos realizados até ao final de janeiro de 2018 na implementação da política de alargamento e incentiva os países em causa a manterem o seu ritmo de modernização através de reformas políticas e económicas, em consonância com os critérios de adesão.

O processo de alargamento continua a assentar em **critérios estabelecidos e numa condicionalidade justa e rigorosa**. Cada país é avaliado com base nos seus **méritos próprios.** A avaliação dos progressos realizados e a identificação das deficiências têm como objetivo proporcionar incentivos e orientações para os países procederem às reformas profundas necessárias. Para que as perspetivas de alargamento se possam tornar uma realidade, continua a ser essencial um firme empenho no respeito do princípio da «prioridade aos aspetos fundamentais». As deficiências estruturais persistem, nomeadamente nos domínios fundamentais do Estado de direito e da economia. Os países candidatos à adesão devem cumprir os seus compromissos em matéria de Estado de direito, reforma judicial, luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, segurança, direitos fundamentais, instituições democráticas e reforma da administração pública, bem como em matéria de desenvolvimento de económico e competitividade. Dada a complexidade das reformas necessárias, trata-se de um processo de longo prazo.

É importante ter em consideração que as negociações de adesão não são — nem nunca foram — um fim em si mesmas. Fazem parte de um **processo mais amplo de modernização e de reformas**. Os Governos dos países do alargamento devem proceder às reformas necessárias de forma mais ativa e integrá-las realmente na sua agenda política, não pelo facto de a UE o solicitar, mas por tal ser no melhor interesse dos seus cidadãos. A adoção de valores fundamentais europeus como o Estado de direito constitui um aspeto essencial da escolha feita por toda uma geração, que tem a aspiração de aderir à UE. O apoio público a futuros alargamentos dependerá do grau de preparação dos países candidatos. Por conseguinte, as reformas realizadas durante o processo de adesão à UE devem contribuir para aumentar a confiança dos cidadãos, tanto dos Estados-Membros da UE como dos países candidatos.

Em fevereiro de 2018, a Comissão Europeia reiterou a perspetiva, firme e baseada no mérito, da adesão dos **países dos Balcãs Ocidentais** à UE na sua Comunicação intitulada *Uma perspetiva de alargamento credível e um maior empenhamento da UE nos Balcãs Ocidentais[[1]](#footnote-2)*. Trata-se de uma mensagem forte de encorajamento para toda a região dos Balcãs Ocidentais e um sinal do empenhamento da UE no seu futuro europeu. Os dirigentes da região não devem deixar qualquer dúvida quanto à sua orientação estratégica e ao seu empenhamento. A cooperação regional e as relações de boa vizinhança são essenciais para a realização de progressos na via europeia destes países. A Comissão Europeia também declarou que a nossa União deve ser mais forte e mais sólida, antes de poder eventualmente ser maior. É por esse motivo que, em consonância com o Roteiro para uma Europa mais coesa, mais forte e mais democrática[[2]](#footnote-3), a Comissão apresentará, ao longo deste ano, uma série de iniciativas destinadas a melhorar o enquadramento democrático, institucional e político da União em 2025, com base nos Tratados em vigor.

**A Turquia** é um importante parceiro da UE e um país candidato, com o qual se tem mantido um diálogo de alto nível e cooperação em domínios de interesse comum, incluindo o apoio aos refugiados sírios. A Comissão reconheceu a necessidade legítima da Turquia de tomar medidas rápidas e proporcionadas para reagir à tentativa de golpe de Estado de julho de 2016. No entanto, a Turquia tem estado a afastar-se significativamente da União Europeia, em especial nos domínios do Estado de direito e dos direitos fundamentais e devido ao enfraquecimento dos mecanismos de equilíbrio de poderes no sistema político. A Comissão Europeia tem repetidamente instado a Turquia a inverter esta tendência negativa como uma questão prioritária.

**II. APLICAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ALARGAMENTO DE 2015**

A questão mais premente para os países do alargamento continua a ser a realização de reformas no domínio do **Estado de direito**, dos **direitos fundamentais e da boa governação**. Constitui também o principal critério de referência em função do qual a UE avaliará as perspetivas de adesão destes países. Estes últimos devem aderir a estes valores fundamentais da UE de forma muito mais determinada e credível. O não respeito desses valores tem também um efeito dissuasor no investimento e no comércio. O reforço do Estado de direito não é apenas uma questão institucional. Requer também uma transformação da sociedade.

**a) Estado de direito**

Não obstante a crescente atenção às reformas do Estado de direito, continuaram a verificar-se disparidades nos progressos realizados nos países do alargamento. Na Antiga República Jugoslava da Macedónia, o forte empenhamento do novo Governo na aplicação das «prioridades de reforma urgentes» teve um impacto positivo no Estado de direito. Na Turquia, na sequência da tentativa de golpe de Estado de julho de 2016, a situação em matéria de Estado de direito continuou a deteriorar‑se.

Uma implementação bem sucedida da reforma do **sistema judicial** é um processo a longo prazo que exige uma vontade política sustentada em todo o espetro político, havendo ainda muito trabalho a fazer nos países do alargamento. Na Albânia, espera-se que o processo em curso e sem precedentes de reavaliação dos juízes e procuradores reforce o sistema judicial em termos do seu profissionalismo, independência e integridade. Na Turquia, a destituição massiva de juízes e procuradores, bem como alterações constitucionais, comprometeram ainda mais a eficiência e a independência do sistema judicial.

Os países devem erradicar a **corrupção**, sem conceções, e eliminar qualquer elemento de apropriação do Estado. A corrupção continua a ser generalizada, apesar dos esforços contínuos para alinhar os quadros jurídicos e institucionais com o acervo da UE e com as normas europeias. É fundamental dispor de instituições sólidas e independentes para prevenir e combater a corrupção, em particular a alto nível, e para proceder a investigações e ações penais mais eficazes conducentes a decisões judiciais definitivas que sejam efetivamente executadas e que incluam sanções dissuasivas. É necessária uma maior transparência na gestão dos fundos públicos, em especial em todas as fases do processo de contratação pública, que é um domínio particularmente vulnerável à corrupção.

Estão criados organismos especializados, mas os casos de níveis de riqueza inexplicáveis entre pessoas expostas politicamente raramente são objeto de investigação. Os progressos limitados revelam uma falta de vontade política genuína, conjugada por capacidades administrativas ainda limitadas. Continua a ser essencial uma maior transparência e responsabilização, a separação de poderes e o reforço dos organismos de supervisão independentes. Os esforços envidados em Trieste, em 2017, com vista a chegar a acordo sobre um instrumento regional em matéria de intercâmbio de dados relacionados com a declaração de património e os conflitos de interesses poderão contribuir para melhorar os resultados dos países quanto à forma como tratam os casos de corrupção na região dos Balcãs Ocidentais.

**A criminalidade organizada** continua a estar profundamente implantada nos países do alargamento. Poderosos grupos criminosos continuam a operar no interior e a partir da região dos Balcãs Ocidentais e da Turquia. A região continua a ser uma importante porta de entrada para o tráfico de mercadorias ilícitas, em especial de drogas e armas, e de pessoas a caminho da UE. Os países do alargamento estão a cooperar cada vez mais com as autoridades policiais da UE, como a Europol e a Eurojust, e a melhorar gradualmente a sua capacidade de tratamento de tipos específicos de criminalidade organizada, incluindo o tráfico de drogas. Na Albânia, operações policiais em larga escala levaram à apreensão de grandes quantidades de canábis, e recentemente também de cocaína, provenientes da América Latina. Todavia, os níveis de efetivos e o respeito pela independência operacional dos organismos responsáveis pela aplicação da lei continuam a ser problemáticos na região. Continua a observar-se um fosso entre a análise das ameaças da criminalidade organizada e as prioridades operacionais definidas, o que reduz a taxa de sucesso no desmantelamento efetivo dos grupos criminosos. As autoridades devem também começar a recorrer a investigações financeiras — em conformidade com a metodologia do Grupo de Ação Financeira — e melhorar os resultados no que diz respeito ao confisco dos produtos do crime. A criação e o reforço de órgãos centralizados responsáveis pela identificação e deteção de bens de origem criminosa (Gabinetes de Recuperação de Bens) nos países do alargamento poderiam tornar os respetivos sistemas nacionais de recuperação de ativos mais eficazes e facilitar a cooperação operacional com os Gabinetes de Recuperação de Bens nos Estados-Membros da UE. Em matéria de luta contra o branqueamento de capitais/combate ao financiamento do terrorismo, os países do alargamento deveriam prioritariamente alinhar as suas legislações e práticas com as recomendações do Grupo de Ação Financeira. É urgentemente necessário obter resultados concretos e sustentados em matéria de luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada.

Para combater o **terrorismo**, o extremismo violento, a radicalização e, em particular, o fenómeno dos combatentes terroristas estrangeiros (que regressaram), a UE tem intensificado a cooperação operacional com cada um dos países do alargamento. Têm-se desenvolvido esforços consideráveis e contínuos em todos os países com vista ao alinhamento da legislação e das práticas em matéria de luta contra o terrorismo e a radicalizaçãocom as normas e práticas da UE. Há todavia margem para melhorar a eficácia das estruturas a nível nacional e regional, a fim de garantir resultados concretos, em especial no que diz respeito à prevenção do extremismo violento, do tráfico de armas, do financiamento do terrorismo e do branqueamento de capitais, bem como às políticas de partilha de informações e de luta contra a radicalização. A Rede de Sensibilização para a Radicalização da UE tem apoiado muito desse trabalho. A luta contra o terrorismo deveria ainda ser intensificada em colaboração com os parceiros dos Balcãs Ocidentais e com a Turquia. As normas em matéria de proteção dos dados pessoais deveriam ser harmonizadas com as normas da UE a fim de permitir a celebração de acordos de cooperação com a Eurojust. Inspirados por anteriores trabalhos conjuntos no combate ao terrorismo, a UE e os parceiros dos Balcãs Ocidentais chegaram a acordo em 2017 sobre a Governação Integrada da Segurança Interna nos Balcãs Ocidentais enquanto nova abordagem para as reformas e para o reforço das capacidades de governação em matéria de segurança na região.

**b) Direitos fundamentais**

**Os direitos fundamentais** estão, em grande parte, consagrados na legislação dos países dos Balcãs Ocidentais, mas é necessário envidar maiores esforços para assegurar a sua plena aplicação na prática. Tem-se observado na Turquia uma forte deterioração em domínios fundamentais dos direitos humanos ao longo do período em causa.

A garantia da **liberdade de expressão** e da independência dos meios de comunicação social, enquanto pilar da democracia na região, deve ser alvo de especial atenção. Tem-se verificado uma deterioração importante neste domínio em alguns países, incluindo um grave retrocesso na Turquia, onde mais de 150 jornalistas continuam na prisão. Noutros locais, registaram-se progressos que, na melhor das hipóteses, podem ser considerados limitados. Continuaram a verificar-se ataques e ameaças contra jornalistas, tendo as investigações e os processos judiciais continuado a ser morosos. Continuam a observar-se esforços para influenciar a independência dos organismos públicos de radiodifusão, bem como uma falta de transparência no financiamento público dos meios de comunicação em todos os países do alargamento. Estes abusos comprometem não só o direito fundamental à liberdade de expressão, como também a democracia na região. Os Governos têm de tomar medidas urgentes e concretas para aplicar o quadro jurídico em vigor em matéria de liberdade de expressão e melhorar o clima geral no que diz respeito à liberdade dos meios de comunicação social. A UE apoia firmemente as organizações locais da sociedade civil, os defensores dos direitos humanos, os jornalistas e os meios de comunicação social independentes, que são frequentemente alvo de intimidação. O seu contributo é vital para garantir a responsabilização do Governo em matéria de liberdade de expressão, bem como no que diz respeito a todos os outros direitos fundamentais.

São necessários maiores esforços em todos os países do alargamento para combater eficazmente os abusos dos **direitos das crianças**, que continuam a ser muito correntes. Os Governos têm também de combater a discriminação contra **pessoas com deficiência**, **as minorias** e outros grupos vulneráveis, como uma questão prioritária. Devem ser envidados maiores esforços para promover a **igualdade de género** e prevenir e combater a violência contra as mulheres. Embora se tenham registado progressos nos Balcãs Ocidentais em matéria de direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais, transexuais e intersexuais, são necessários esforços adicionais para pôr termo à discriminação, às ameaças e à violência de que são vítimas. A situação precária dos **ciganos** deve também ser tratada com caráter prioritário, uma vez que continuam a ser vítimas de exclusão social, marginalização e discriminação. As **condições nas prisões** precisam de ser melhoradas e os direitos processuais dos suspeitos e os direitos dos réus e das vítimas devem ser alinhados pelo acervo da UE. Na Turquia, os decretos adotados ao abrigo do estado de emergência limitaram direitos processuais fundamentais, incluindo os direitos de defesa.

**c) Funcionamento das instituições democráticas e reforma da administração pública**

O bom funcionamento das **instituições democráticas** continua a representar um grande desafio nalguns países, incluindo em termos de assegurar um diálogo construtivo em todo o espetro político, nomeadamente nos **Parlamentos.** Embora se tenham verificado alguns progressos, vários aspetos fundamentais na realização de eleições democráticas continuam a representar um desafio. As recomendações das missões de observação eleitoral devem ser devidamente implementadas. O controlo parlamentar, enquanto elemento essencial do bom funcionamento de uma democracia, deve ser integrado na cultura política.

No que diz respeito à Turquia, embora reconhecendo a sua necessidade legítima de adotar medidas rápidas e proporcionadas face à tentativa de golpe de estado, há sérias preocupações quanto à proporcionalidade das medidas tomadas ao abrigo do estado de emergência que continua em vigor e que restringiu funções legislativas fundamentais do Parlamento, tendo-se simultaneamente verificado uma nova redução do espaço para diálogo entre os partidos políticos. As alterações constitucionais de grande alcance, que o Conselho da Europa considerou não preverem um mecanismo de equilíbrio de poderes suficiente e comprometerem a separação de poderes, foram aprovadas num referendo organizado ao abrigo do estado de emergência.

Nos Balcãs Ocidentais, a capacidade dos parlamentos nacionais para exercer as suas funções legislativas e de supervisão essenciais está prejudicada pela falta de diálogo político, pelo recurso excessivo a procedimentos parlamentares urgentes e pela ausência de um empenhamento construtivo de todas as partes. Mantém-se uma cultura política de divisão, embora tenham sido ultrapassados alguns boicotes. Na Albânia, o acordo político interpartidário de maio de 2017 permitiu a retomada dos trabalhos parlamentares antes das férias parlamentares. Na Antiga República Jugoslava da Macedónia, o novo Parlamento envidou esforços para restabelecer as suas capacidades de supervisão do executivo. No entanto, no Montenegro, a oposição tem boicotado a atividade legislativa desde a convocação do Parlamento em novembro de 2016. Na Sérvia, a eficácia do Parlamento, bem como a qualidade da legislação, são prejudicadas pela falta de um controlo parlamentar adequado dos projetos de atos legislativos. No Kosovo[[3]](#footnote-4)\*, tanto com a coligação anterior como com a presente, os trabalhos da Assembleia foram marcados pela paralisia e pela polarização política, apesar de a Assembleia ter recentemente ratificado o Acordo de Delimitação de Fronteiras com o Montenegro. Na Bósnia‑Herzegovina, a adoção de legislação decorrente da Agenda de Reformas foi afetada negativamente por tensões entre os partidos da coligação no poder, o que resultou num abrandamento do processo de reformas. Embora na região as eleições propriamente ditas tenham, em geral, decorrido sem grandes incidentes, certas deficiências importantes, nomeadamente no que diz respeito à politização dos órgãos eleitorais, à utilização abusiva de recursos do Estado e à falta de transparência no financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, têm impacto no nível de confiança dos cidadãos nos processos eleitorais.

**A reforma da administração pública** é de importância crucial para reforçar a governação a todos os níveis. Para o efeito, é necessário melhorar a qualidade e a responsabilização da administração, aumentar o profissionalismo, a despolitização e a transparência, incluindo em matéria de recrutamento e de despedimentos, e assegurar uma gestão mais transparente das finanças públicas e a prestação de melhores serviços aos cidadãos. Deve ser encontrado um equilíbrio adequado entre administração central, regional e local. Embora se tenham observado progressos modestos nos Balcãs Ocidentais em alguns domínios, verificam-se retrocessos graves na Turquia no que diz respeito aos serviços públicos, à gestão de recursos humanos e à responsabilização.

Estão agora em curso **estratégias de reforma** abrangentes da administração pública e da gestão das finanças públicas, exceto na Bósnia-Herzegovina e na Turquia. Os atrasos na execução e a sustentabilidade financeira das reformas continuam a ser motivo de preocupação. Em muitos casos, têm-se verificado melhorias na transparência orçamental. Nos Balcãs Ocidentais, é necessário introduzir melhorias substanciais no **planeamento estratégico** da administração central e nas ligações ao planeamento setorial. A preparação das políticas, da legislação e dos investimentos públicos processa-se frequentemente sem consultas nem avaliações de impacto sistemáticas. Um grande problema na maioria dos países é o grande recurso a procedimentos legislativos urgentes. **Há ainda que garantir a profissionalização da função pública** em todos os países. Apesar de uma legislação da função pública moderna, recorre-se frequentemente a exceções, em especial para a nomeação e o despedimento de altos funcionários públicos.

É necessária uma maior racionalização da **estrutura da administração pública** em todos os países do alargamento. Nos Balcãs Ocidentais, verifica-se que órgãos administrativos análogos têm estatutos diferentes, respondendo muitos deles diretamente perante o Governo ou o Parlamento e não perante os seus ministérios de tutela naturais. Verifica-se um nível insuficiente de responsabilização e de comunicação de informações entre agências subordinadas e as suas instituições de tutela. Para melhorar a **prestação de serviços**, na maior parte dos países do alargamento a atenção foi centrada na criação de serviços de administração pública em linha, mas as iniciativas sofrem muitas vezes da falta de orientação e coordenação estratégicas. Verificaram-se também progressos na maioria dos países com a adoção de legislação moderna sobre procedimentos administrativos gerais, mas em muitos países é ainda necessário alterar uma quantidade substancial de legislação setorial para reduzir ao mínimo os procedimentos administrativos especiais.

**d) Migração**

Os desafios relacionados com a crise dos refugiados e a **migração** irregular têm estado no centro do trabalho da UE com os países do alargamento. Verificaram-se progressos decorrentes do trabalho conjunto realizado nas rotas migratórias do Mediterrâneo Oriental/Balcãs Ocidentais. A introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos continuam a constituir motivo de preocupação. É necessário envidar maiores esforços para garantir que os países estejam mais bem equipados para enfrentar os desafios colocados pela migração, nomeadamente no que diz respeito à redução da migração irregular, às atividades de regresso, de proteção das fronteiras e de prevenção da migração irregular e ao reforço das capacidades em matéria de asilo, de integração e inclusão social, em consonância com o acervo da UE*.*

Num esforço notável, a Turquia acolhe atualmente mais de 3,5 milhões de refugiados sírios registados e a UE continua empenhada em ajudar a Turquia a enfrentar este desafio. A cooperação ao abrigo da Declaração UE-Turquia continua a produzir resultados concretos. Foi consolidada a tendência de redução significativa de travessias perigosas e irregulares e de perda de vidas no mar Egeu. Em 2017, chegaram 42 319 migrantes pela rota do Mediterrâneo Oriental, em comparação com 182 277 em 2016, o que representa uma redução de quase 77 %. A Guarda Costeira turca continuou empenhada na patrulha ativa e na prevenção da passagem irregular de fronteiras, bem como na abertura de novas rotas. O Mecanismo da UE em Favor dos Refugiados na Turquia continua a apoiar as necessidades dos refugiados e das comunidades de acolhimento. Foram celebrados contratos para a totalidade da primeira parcela de 3 mil milhões de euros. Os pagamentos atingiram 1,9 mil milhões de euros até à data. A mobilização da segunda parcela do Mecanismo já foi iniciada, em consonância com a Declaração UE-Turquia. O Mecanismo demonstrou ser um dos instrumentos de apoio mais rápidos e mais eficazes da UE, facultando a cerca de 1,2 milhão de refugiados mais vulneráveis transferências mensais em dinheiro no âmbito da Rede de Segurança Social de Emergência. Mais de 312 000 crianças beneficiaram de um curso de língua turca e iniciou-se a distribuição de artigos de papelaria e de manuais escolares a 500 000 alunos. Os refugiados beneficiaram de mais de 763 000 consultas de cuidados de saúde primários e foram vacinadas mais de 217 000 crianças sírias refugiadas.

As medidas de resposta coordenadas pela UE para apoiar os esforços nacionais resultaram, em 2017, numa redução de 91 % dos fluxos de migração irregular que transitam pela região dos Balcãs Ocidentais e numa estabilização global da situação ao longo das fronteiras. A Antiga República Jugoslava da Macedónia e a Sérvia, em particular, demonstraram ser parceiros fiáveis da UE neste domínio. No entanto, continuaram a ser afetados e a sua capacidade para fazer face a situações de crise tem sido continuamente posta à prova. É necessário um maior reforço das capacidades administrativas e das infraestruturas em toda a região. A UE está empenhada em apoiar os esforços dos parceiros dos Balcãs Ocidentais. A Comissão tem negociado acordos sobre o estatuto entre a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira e os Balcãs Ocidentais. Estes acordos permitirão o recurso a equipas da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira com poderes executivos nas zonas limítrofes da fronteira externa da UE para apoio às autoridades nacionais responsáveis pelas fronteiras.

**e) Economia**

Os Balcãs Ocidentais e a Turquia têm um **potencial económico** significativo. O aumento das taxas de crescimento nos últimos anos traduziu-se na criação de emprego em todos os setores. Apesar de alguns progressos, os Governos de todos estes países enfrentam grandes desafios estruturais a nível económico e social, com elevadas taxas de desemprego, em especial entre os jovens, grandes desfasamentos entre as competências e as ofertas de emprego, níveis persistentemente elevados de economia informal, ambientes empresariais desfavoráveis com um acesso limitado ao financiamento e baixos níveis de inovação e de conectividade regional. Nos Balcãs Ocidentais, o clima de investimento continua a ser prejudicado por sinais de apropriação do Estado, sobretudo no que diz respeito à falta de sistemas judiciais independentes e eficientes, bem como à falta de uniformidade no controlo da aplicação das regras da concorrência. Na região, a influência do Estado na economia é forte, agravando o risco de corrupção devido a uma má gestão das finanças públicas e a frequentes alterações nas licenças e nos impostos. Os quadros de governação das empresas têm de ser reforçados e o processo de privatização concluído. As infraestruturas e os sistemas educativos têm de ser melhorados. Os investimentos em infraestruturas na região deveriam ser coerentes com as prioridades acordadas com a UE, nomeadamente no contexto do alargamento das Redes Transeuropeias de Transportes aos Balcãs Ocidentais. Na Turquia, observou-se um grande aumento do crescimento económico, mas o enquadramento empresarial continuou a deteriorar-se e a economia continua vulnerável à incerteza financeira, à evolução da confiança dos investidores mundiais e aos persistentes riscos políticos.

A UE apoia melhorias na formulação das políticas e na governação económica através do exercício no âmbito do Programa de Reforma Económica, que faz parte integrante do processo de preparação. Este exercício passou a ser um instrumento-chave para a formulação e a implementação de reformas macroeconómicas e estruturais. Contribui desse modo para reforçar a convergência e o crescimento sustentável a longo prazo, para facilitar o planeamento de políticas e para avançar no sentido do cumprimento dos critérios económicos de Copenhaga. Todos os países são convidados a apresentar Programas de Reforma Económica anuais. Para a implementação das reformas identificadas, é agora necessário um forte estímulo político e uma apropriação por parte dos Governos em causa. A UE apoia também a melhoria do clima de investimentos nos Balcãs Ocidentais mediante o aprofundamento do Espaço Económico Regional, que visa eliminar os obstáculos ao comércio, à mobilidade e ao investimento em toda a região. Em dezembro de 2016, a Comissão adotou uma recomendação relativa à abertura de negociações com vista ao potencial alargamento e modernização da União Aduaneira UE-Turquia, que tem sido objeto de estudo desde então no âmbito do Conselho.

**f) Cooperação regional e relações de boa vizinhança**

A cooperação regional é fundamental para assegurar a estabilização política e oportunidades económicas. A Agenda Conectividade da UE, em particular, tem dado um novo impulso à cooperação regional nos Balcãs Ocidentais. Em 2017, em Trieste, os dirigentes da região apoiaram um plano de ação para o Espaço Económico Regional e assinaram o Tratado que institui uma Comunidade dos Transportes. O Processo de Cooperação da Europa do Sudeste e outras iniciativas regionais continuaram igualmente a promover a estabilização e a cooperação. Foi criado o Gabinete de Cooperação Regional da Juventude e lançado o seu primeiro convite à apresentação de propostas, a fim de continuar a reforçar a cooperação entre os povos. O Programa Eramus+ tem continuado a promover o diálogo intercultural no ensino superior e entre os jovens e tem apoiado ações de incentivo à internacionalização e modernização dos sistemas e estabelecimentos de ensino superior. Registaram-se alguns progressos na realização dos projetos de conectividade no terreno. O Plano de Ação da Estratégia da UE para a Região Adriática e Jónica contribuíram para incentivar o desenvolvimento de projetos conjuntos, promovendo um maior alinhamento pelo acervo nos países participantes. No entanto, está ainda por cumprir um grande número de obrigações decorrentes de compromissos e acordos regionais. Para que os cidadãos possam sentir os benefícios reais da cooperação regional, é necessário envidar maiores esforços para operacionalizar esses acordos e compromissos, nomeadamente no que diz respeito à implementação das medidas de reforma da conectividade acordadas em 2015.

As relações de boa vizinhança e a cooperação regional constituem elementos essenciais dos processos de estabilização, associação e alargamento. Embora tenham lugar contactos regulares entre Governos, bem como cooperação a nível bilateral e regional, é necessário envidar maiores esforços nos domínios mais sensíveis, nomeadamente no que diz respeito a crimes de guerra, pessoas desaparecidas, criminalidade organizada e cooperação policial e judiciária. Uma exceção diz respeito ao regresso de refugiados das guerras dos Balcãs; neste caso, o Programa Regional de Habitação está a obter resultados positivos. Devem ser evitadas declarações suscetíveis de prejudicar as relações de boa vizinhança. Com vista a promover a estabilidade e a criar um ambiente que permita ultrapassar a herança do passado e promover a reconciliação, é necessário não só uma liderança política responsável como também substanciais esforços adicionais. O Tratado da Amizade entre a Bulgária e a Antiga República Jugoslava da Macedónia constitui um exemplo positivo nesta matéria.

A política de alargamento da UE deve continuar a exportar estabilidade. Por conseguinte, a UE não pode e não irá importar **litígios bilaterais**. Estes têm de ser urgentemente resolvidos pelas partes responsáveis. Os resultados neste domínio têm sido escassos. É necessário envidar maiores esforços em toda a região dos Balcãs Ocidentais. É urgente avançar no diálogo facilitado pela UE no sentido de uma plena normalização das relações entre a Sérvia e o Kosovo, que deveria resultar na celebração e implementação de um acordo de normalização abrangente e juridicamente vinculativo. No que diz respeito à Antiga República Jugoslava da Macedónia, os progressos verificados no sentido de encontrar uma solução negociada e mutuamente aceitável para a questão da designação do país, sob a égide das Nações Unidas, devem ser consolidados, em paralelo com os progressos verificados em matéria de relações de boa vizinhança. A Albânia tomou igualmente medidas para resolver litígios bilaterais de longa data.

Embora os esforços renovados, desenvolvidos no âmbito das conversações lideradas pelas Nações Unidas, para a resolução da questão de Chipre não tenham resultado num acordo, é importante não desperdiçar os progressos realizados até à data e prosseguir os preparativos para uma resolução justa, abrangente e viável da questão, incluindo os seus aspetos externos. O empenhamento e o contributo permanentes da Turquia, em termos concretos, serão da maior importância para as negociações que visam uma resolução justa, abrangente e viável da questão de Chipre no âmbito das Nações Unidas. A Turquia tem urgentemente de cumprir a sua obrigação de assegurar a plena aplicação do Protocolo Adicional e de progressão na via da normalização das relações com a República de Chipre. A Comissão apela também a que se evite qualquer tipo de ameaça, fonte de fricção ou ação suscetível de prejudicar as relações de boa vizinhança e a resolução pacífica de litígios. A Comissão salienta todos os direitos soberanos de que gozam os Estados-Membros da UE. Entre estes contam-se a celebração de acordos bilaterais e a pesquisa e exploração de recursos naturais, em conformidade com o acervo da UE e o direito internacional, nomeadamente a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. As ações e declarações da Turquia contra vários Estados-Membros da UE também criaram tensões que afetam negativamente as suas relações com a UE. A resolução destas questões bilaterais constitui uma prioridade.

**III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Com base na análise supra e nas avaliações que figuram nos resumos por país em anexo, a Comissão apresenta as seguintes **conclusões** e **recomendações**:

**I.**

1. A **política de alargamento da UE** constitui um investimento na **paz, na segurança, na prosperidade e, por conseguinte, na estabilidade** na Europa. Proporciona crescentes oportunidades económicas e comerciais em benefício mútuo da UE e dos países que aspiram aderir à UE. A firme perspetiva de adesão à UE, continuamente reiterada pela UE e pelos seus Estados-Membros, continua a estimular a transformação e a consolidar a estabilidade e a segurança nos países da Europa do Sudeste.
2. O processo de alargamento continua a assentar em **critérios estabelecidos e numa condicionalidade justa e rigorosa**. Cada país é avaliado com base nos seus **méritos próprios**, a fim de proporcionar incentivos à realização de reformas de grande envergadura. Para que as perspetivas de alargamento se possam tornar uma realidade, continua a ser essencial um firme empenhamento no respeito do princípio da «prioridade aos aspetos fundamentais».
3. A estratégia da Comissão relativamente aos **Balcãs Ocidentais**, adotada em fevereiro de 2018, proporciona uma **janela de oportunidade histórica** para vincular o futuro da região à União Europeia, de forma sólida e inequívoca. Os países da região têm agora de agir com determinação para avançar decisivamente e de forma irreversível no seu processo de transformação e colmatar as lacunas existentes, nomeadamente no que se refere aos elementos fundamentais do Estado de direito, aos direitos fundamentais, às instituições democráticas e à reforma da administração pública, bem como à economia.

**II.**

1. **A Turquia** é um parceiro fundamental da União Europeia. A UE, que condenou imediata e veementemente a tentativa de golpe de Estado de julho de 2016, reiterou o seu total apoio às instituições democráticas do país e reconheceu a necessidade legítima da Turquia de tomar medidas rápidas e proporcionadas face a uma ameaça tão grave. No entanto, a larga escala e a natureza coletiva das medidas tomadas desde a tentativa de golpe de Estado, como as prisões, as detenções e os despedimentos coletivos generalizados, continuam a suscitar sérias preocupações quanto à proporcionalidade das medidas tomadas ao abrigo do estado de emergência, que continua ainda em vigor. O Governo da Turquia reiterou o seu empenho na adesão à UE, mas tal não foi acompanhado das medidas e reformas correspondentes. Pelo contrário, a Turquia tem-se vindo a afastar significativamente da União Europeia. Nas atuais circunstâncias, não é considerada a possibilidade de abertura de novos capítulos. A Turquia precisa de prioritariamente inverter a atual tendência negativa no domínio do Estado de direito e dos direitos fundamentais, começando com o levantamento do estado de emergência e resolvendo a questão do enfraquecimento do mecanismo de equilíbrio de poderes efetivo no sistema político, nomeadamente mediante o reforço da cooperação com o Conselho da Europa.

Verificou-se um grave retrocesso nos domínios essenciais do sistema judicial, da reforma da administração pública, dos direitos fundamentais e da liberdade de expressão, tendo-se verificado igualmente retrocessos num número crescente de outros domínios. O pleno respeito do Estado de direito e dos direitos e liberdades fundamentais constitui uma obrigação essencial no processo de adesão. Desde que foi decretado o estado de emergência, mais de 150 000 pessoas foram detidas e 78 000 foram presas. Mais de 150 jornalistas encontram-se ainda na prisão, juntamente com numerosos escritores, defensores dos direitos humanos, advogados e representantes eleitos. Muitos cidadãos turcos foram detidos por exprimirem as suas opiniões políticas nas redes sociais. Os 31 decretos adotados ao abrigo do estado de emergência, que tinham sido isentos de fiscalização jurisdicional e de controlo efetivo pelo Parlamento, limitaram substancialmente direitos cívicos e políticos fundamentais, incluindo a liberdade de expressão, a liberdade de reunião e os direitos de defesa. A Comissão do Estado de Emergência entrou oficialmente em funcionamento, mas necessita ainda de se implantar como uma solução eficaz e credível, num contexto em que a capacidade da Turquia para garantir uma solução jurídica interna efetiva, na aceção do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, tem ficado ainda mais comprometida por uma série de acórdãos problemáticos.

Num referendo organizado durante o estado de emergência, foram aprovados, por uma pequena margem, alterações constitucionais profundas que criam um regime presidencial. Segundo a avaliação feita pelo Conselho da Europa, essas alterações não previam um mecanismo de equilíbrio de poderes suficiente e punham em perigo a separação entre os poderes executivo e judicial. A função fundamental do Parlamento enquanto legislador foi limitada, o espaço para o diálogo entre os partidos políticos foi ainda mais reduzido no Parlamento e foram presos mais Deputados HDP, tendo dez deles sido privados dos seus lugares no Parlamento. A nomeação de mandatários para substituir representantes eleitos resultou numa deterioração importante da democracia local. A sociedade civil foi alvo de pressões crescentes devido a um grande número de prisões de ativistas, incluindo defensores dos direitos humanos, o que resultou numa rápida limitação do espaço para os direitos e as liberdades fundamentais. A situação no sudeste continua a constituir um dos maiores desafios para a estabilidade da própria Turquia. Não se registou qualquer evolução no que diz respeito ao reatamento de um processo político credível, o qual é necessário para uma solução pacífica e sustentável.

Apesar do forte crescimento registado em 2017, a vulnerabilidade mantém-se, a menos que a Turquia corrija os desequilíbrios macroeconómicos, implemente novas reformas estruturais e melhore o enquadramento empresarial. A incerteza política, a intensificação do controlo estatal na esfera económica e os ataques à independência do poder judicial conduziram a um clima de investimento menos previsível, à queda da moeda nacional e à diminuição significativa do investimento direto europeu.

A UE e a Turquia prosseguiram o seu diálogo e a sua cooperação nos domínios de interesse comum, nomeadamente com uma série de visitas de alto nível e de reuniões de dirigentes em maio de 2017 e março de 2018. Os diálogos de alto nível sobre política externa e de segurança prosseguiram, nomeadamente sobre a luta contra o terrorismo, os transportes e a economia. A Comissão Europeia sublinha a importância das suas propostas apresentadas ao Conselho com vista ao alargamento e modernização da União Aduaneira UE-Turquia, que seria benéfica para ambas as partes.

A Turquia continuou a envidar esforços notáveis para proporcionar abrigo a mais de 3,5 milhões de refugiados da Síria e a cerca de 365 000 refugiados de outros países. A cooperação com a UE em matéria de migração continuou a produzir resultados concretos e notáveis em termos de reduzir o número de travessias irregulares e perigosas e de salvar vidas no mar Egeu. O Mecanismo da UE em Favor dos Refugiados na Turquia continua a apoiar as necessidades dos refugiados e das comunidades de acolhimento. No que diz respeito à implementação do Roteiro para a Liberalização do Regime de Vistos, no início de fevereiro, a Turquia apresentou à Comissão Europeia um plano de trabalho sobre a forma como planeia cumprir os sete parâmetros de referência pendentes relativos à liberalização do regime de vistos. A Comissão está a proceder à avaliação das propostas da Turquia e seguir-se-ão outras consultas com congéneres turcos.

A Turquia lançou uma operação militar no norte da Síria. Embora a Turquia tenha o direito de tomar medidas para impedir ataques terroristas no seu território, a operação suscitou preocupações humanitárias imediatas e simultaneamente preocupações quanto a uma nova escalada de violência.

Em conformidade com as posições reiteradas em várias ocasiões pelo Conselho e pela Comissão nos últimos anos, é urgente que a Turquia cumpra a obrigação que lhe incumbe de aplicar plenamente o Protocolo Adicional e progrida na via da normalização das suas relações com a República de Chipre. Embora a Conferência reunida em Chipre tenha terminado sem a celebração de um acordo em julho de 2017, é importante preservar os progressos realizados e prosseguir os preparativos para uma resolução justa, abrangente e viável, incluindo os seus aspetos externos. O empenhamento e o contributo permanentes da Turquia, em termos concretos, serão da maior importância para uma resolução justa, abrangente e viável.

Foi ainda intensificada a cooperação com a Grécia e a Bulgária em matéria de migração. No entanto, as tensões no mar Egeu e no Mediterrâneo Oriental não foram propícias a relações de boa vizinhança e prejudicaram a estabilidade e a segurança na região. As relações bilaterais com vários Estados-Membros da UE deterioraram-se, chegando em alguns casos a assumir a forma de uma retórica ofensiva e inaceitável. A UE instou a Turquia a evitar qualquer tipo de ameaça ou ação dirigida contra um Estado-Membro, ou qualquer fonte de fricção ou ação que possa prejudicar as relações de boa vizinhança e a resolução pacífica de litígios. Além disso, em março de 2018, o Conselho Europeu condenou firmemente as ações ilegais contínuas da Turquia no Mediterrâneo Oriental e no mar Egeu e recordou à Turquia a sua obrigação de respeitar o direito internacional e as relações de boa vizinhança e de normalizar as relações com todos os Estados-Membros da UE.

1. **O Montenegro** realizou eleições presidenciais em abril de 2018. Foram tomadas várias medidas iniciais para ter em conta as recomendações da Missão de Observação Eleitoral do Gabinete para as Instituições Democráticas e os Direitos Humanos da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, na sequência das eleições legislativas de 2016. No entanto, o acompanhamento judicial das irregularidades comunicadas tem sido muito limitado. É necessário desenvolver maiores esforços para consolidar a confiança no quadro eleitoral. O regresso do debate político ao Parlamento constitui uma responsabilidade de todas as partes.

As negociações de adesão à UE continuaram a progredir, com 30 capítulos abertos, três dos quais foram encerrados provisoriamente. No domínio do Estado de direito, o Montenegro continuou a realizar progressos, em particular no que diz respeito ao quadro jurídico e institucional, embora o impacto prático das reformas ainda não seja ainda suficientemente visível e não se tenham registado quaisquer progressos em matéria de liberdade de expressão. É necessário agora que todo o sistema de Estado de direito, em particular o sistema judicial, produza mais resultados. O ritmo das negociações de adesão em geral continuará a ser determinado pelos progressos realizados nos capítulos relativos ao Estado de direito, demonstrados por resultados tangíveis, em particular no que diz respeito ao reforço da liberdade de expressão e dos meios de comunicação social, e pelos resultados obtidos na luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, o branqueamento de capitais e o tráfico de seres humanos.

Registaram-se progressos satisfatórios em matéria de legislação destinada a implementar o recrutamento baseado no mérito em toda a função pública, que terá agora de ser aplicada. O Montenegro realizou progressos no reforço da estabilidade macroeconómica e orçamental, tendo começado a implementar uma estratégia de consolidação orçamental a médio prazo. O nível da dívida pública é elevado e continua a aumentar. Os atuais esforços para melhorar as infraestruturas e o sistema de ensino devem ser complementados com a reforma do mercado de trabalho, a redução dos desincentivos ao trabalho e o desenvolvimento de uma indústria competitiva orientada para a exportação.

1. **A Sérvia** realizou eleições presidenciais em abril de 2017. Na sequência da demissão do Primeiro-Ministro após a sua eleição para Presidente, o novo Governo assumiu funções em junho de 2017. O novo Governo continuou empenhado na integração na UE.

As negociações de adesão à UE progrediram, com 12 capítulos abertos, dois dos quais foram encerrados provisoriamente. O ritmo geral das negociações continuará a depender dos progressos realizados pela Sérvia no processo de reformas e, em especial, da intensificação do ritmo de reformas em matéria de Estado de direito e de normalização das suas relações com o Kosovo. Embora se tenham registado alguns progressos em matéria de Estado de direito, a Sérvia deve agora intensificar os seus esforços e produzir mais resultados, em especial em termos de criação de um ambiente favorável à liberdade de expressão, de reforço da independência e da eficiência geral do sistema judicial e de realização de progressos sustentáveis na luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, incluindo o branqueamento de capitais. As reformas económicas continuam a produzir resultados, especialmente no que respeita à estabilização macroeconómica. No entanto, os níveis de investimentos públicos e privados continuam a ser baixos e o ambiente empresarial para as pequenas e médias empresas tem ainda de ser melhorado. As grandes reformas estruturais da administração pública, da autoridade fiscal e das empresas estatais ainda não estão concluídas. No contexto das negociações de adesão, é essencial que a Sérvia desenvolva e mantenha uma maior capacidade administrativa para o tratamento das questões relacionadas com a UE.

A Sérvia deve aprofundar substancialmente o seu empenhamento no diálogo com o Kosovo, incluindo a aplicação de todos os acordos e, em particular, o acordo sobre energia, a ponte de Mitrovica, a gestão integrada das fronteiras e o reconhecimento de diplomas. A iniciativa do Presidente de lançar um diálogo interno sobre Kosovo é bem-vinda. A Sérvia deve continuar a desempenhar um papel positivo na região no sentido de melhorar as relações regionais e de preservar a estabilidade.

1. Após um período difícil**, a Antiga República Jugoslava da Macedónia** conseguiu finalmente superar a sua profunda crise política, com o apoio da UE e da comunidade internacional. A vontade política de avançar está de novo claramente presente e tem-se observado uma mudança positiva na mentalidade política em toda a sociedade, cuja falta tinha constituído um grande obstáculo às reformas nos últimos anos. A implementação dessas reformas estruturais necessárias constitui um processo a longo prazo.

A Comissão está convencida de que o Acordo de Pržino foi em grande medida implementado, apesar do contexto político difícil.

Foram envidados esforços consideráveis para cumprir as prioridades de reforma urgentes desde o verão de 2017, com uma genuína vontade de reformar, seguida da elaboração de estratégias e de legislação há muito esperadas e da consulta de todas as partes interessadas, incluindo a oposição, de uma forma inclusiva e transparente. Foram adotadas algumas estratégias e leis, nomeadamente no domínio do Estado de direito, entre novembro de 2017 e fevereiro de 2018. Está a ser elaborado um grande número de outras leis que serão adotadas nos próximos meses. No entanto, persistem desafios estruturais, nomeadamente no que diz respeito ao sistema judicial.

Tendo em conta os progressos realizados, a Comissão recomenda ao Conselho que decida que sejam iniciadas negociações de adesão com a Antiga República Jugoslava da Macedónia, mantendo e reforçando a atual dinâmica de reformas no que respeita às prioridades de reforma urgentes, que têm uma importância decisiva para o país poder avançar. A fim de apoiar este processo, a Comissão aplicaria ao país a abordagem reforçada relativamente aos capítulos de negociação sobre o sistema judicial, os direitos fundamentais e a justiça, a liberdade e a segurança do país.

1. **A Albânia** continuou a registar progressos contínuos no sentido de cumprir as cinco prioridades essenciais para a abertura de negociações de adesão. A reforma da administração pública foi consolidada, a fim de melhorar o seu profissionalismo e a sua despolitização. Foram tomadas medidas suplementares para reforçar a independência, a eficiência e a responsabilização das instituições judiciais, nomeadamente no âmbito dos progressos realizados na implementação de uma vasta reforma do sistema judicial. Tal inclui os primeiros resultados tangíveis na reavaliação de todos os juízes e procuradores (verificação), com a demissão de 15 juízes e procuradores de alto nível e as primeiras audições, que resultaram na destituição de um juiz do Tribunal Constitucional e na confirmação em funções de um juiz do Tribunal Constitucional.

Foram envidados esforços determinados suplementares na luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, incluindo na luta contra a cultura e o tráfico de drogas, contribuindo para o estabelecimento de resultados sólidos de investigações proativas, de ações penais e de condenações. Foram adotadas medidas adicionais para reforçar a proteção efetiva dos direitos humanos, incluindo das pessoas que pertencem a minorias e dos ciganos, e políticas de antidiscriminação, bem como a aplicação dos direitos de propriedade.

Tendo em conta os progressos realizados, a Comissão recomenda que o Conselho decida iniciar negociações de adesão com a Albânia, mantendo e reforçando a atual dinâmica de reformas no domínio essencial do Estado de direito, em especial nas cinco prioridades essenciais, e continuando a produzir resultados concretos e tangíveis na reavaliação dos juízes e dos procuradores (verificação). A fim de apoiar este processo, a Comissão aplicaria ao país a abordagem reforçada relativamente aos capítulos de negociação sobre o sistema judicial, os direitos fundamentais e a justiça, a liberdade e a segurança do país.

1. **A Bósnia-Herzegovina** cumpriu em 2017, a um ritmo lento, as prioridades decorrentes do seu processo de reforma, sobretudo no que diz respeito à Agenda de Reformas. Os esforços de reforma orientados para a UE têm de ser intensificados a fim de resolver os problemas estruturais profundamente enraizados que têm entravado o desenvolvimento do país. O quadro eleitoral tem ainda de ser alterado urgentemente com vista a assegurar a boa organização das eleições de outubro de 2018 e a boa implementação dos resultados. Nesta matéria, todos os dirigentes políticos têm de assumir as suas responsabilidades e encontrar uma solução no que diz respeito à Câmara dos Povos da Federação, de modo a não comprometer a perspetiva de adesão à UE para o país e os seus cidadãos. A prossecução de reformas socioeconómicas, o reforço do Estado de direito e da administração pública, em consonância com as normas europeias, em todos os níveis da governação, bem como o reforço da cooperação entre todos os níveis, continuam a ser uma prioridade. O mecanismo de coordenação sobre questões relacionadas com a UE tem funcionado de forma eficaz, tendo produzido um conjunto de respostas coordenadas necessárias para a preparação em curso do parecer da Comissão sobre o pedido de adesão da Bósnia-Herzegovina à UE. O bom funcionamento do mecanismo continuará a ser essencial para permitir ao país enfrentar os desafios cada vez maiores do processo de integração na UE, tais como a adoção de novas estratégias à escala nacional, bem como um programa estratégico para a aproximação da legislação do país ao acervo da UE. O ritmo do desenvolvimento económico continua lento devido a um Estado de direito frágil, a um ambiente empresarial ainda fraco, a uma administração pública ineficiente e fragmentada, a grandes desequilíbrios no mercado de trabalho e a um clima de investimento desfavorável.
2. No **Kosovo**, as reformas relacionadas com a UE abrandaram devido a um período eleitoral prolongado em 2017 e a um contexto político interno difícil, que afetou os trabalhos parlamentares.Os intervenientes políticos devem retomar um diálogo construtivo, com a Assembleia como fórum essencial para o debate político. O novo Governo e a Assembleia deveriam avançar com as reformas como uma questão prioritária e obter consensos sobre questões estratégicas fundamentais para o Kosovo. Deve ser acelerada a aplicação do Acordo de Estabilização e de Associação e da respetiva Agenda Europeia de Reformas. Registaram-se progressos no que diz respeito à economia, especialmente na melhoria do ambiente empresarial. No entanto, devem ser tomadas medidas para lutar contra a economia informal generalizada e uma elevada taxa de desemprego. A situação no norte do Kosovo continua a ser particularmente difícil. A recente ratificação do acordo de delimitação das fronteiras/linha de separação com o Montenegro constitui uma realização importante no espírito das boas relações de vizinhança e é um passo crucial para a liberalização do regime de vistos. A Comissão está a proceder à avaliação dos resultados obtidos pelo Kosovo na luta contra a criminalidade organizada e a corrupção.

A tentativa de 43 deputados da Assembleia do Kosovo, em dezembro de 2017, de revogação da Lei sobre as Secções Especializadas e o Ministério Público Especializado suscitaram sérias preocupações. Será essencial que o Kosovo cumpra plenamente as suas obrigações internacionais no que diz respeito às Secções Especializadas e ao Ministério Público Especializado, que foram criados para tratar determinadas alegações de crimes internacionais cometidos no contexto do conflito no Kosovo.

O Kosovo deve aprofundar substancialmente o seu empenhamento no diálogo com a Sérvia, incluindo a aplicação de todos os acordos e, em particular, o acordo sobre a Associação/Comunidade de municípios de maioria sérvia. O trabalho da Equipa de Gestão, iniciado em 4 de abril, deve ser intensificado, em plena conformidade com os Acordos de Bruxelas de 2013 e 2015.

**IV. ANEXOS**

**1. Resumos das conclusões dos relatórios[[4]](#footnote-5)**

**2. Anexos estatísticos**

1. [COM(2018) 65 final.](https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/communication-credible-enlargement-perspective-western-balkans_en.pdf) [↑](#footnote-ref-2)
2. <https://ec.europa.eu/commission/sites/beta>-political/files/roadmap-factsheet-tallinn\_en.pdf [↑](#footnote-ref-3)
3. \* Esta designação não prejudica as posições relativas ao estatuto e está conforme com a Resolução 1244/1999 do CSNU e com o parecer do TIJ sobre a declaração de independência do Kosovo. [↑](#footnote-ref-4)
4. Referência aos números dos documentos de trabalho. [↑](#footnote-ref-5)